

Educação poderá não ver a cor do Imposto Verde

Proposta de emenda constitucional do Governo não obriga a aplicação dos recursos arrecadados no setor

• BRASÍLIA. O projeto de emenda constitucional que cria o imposto sobre combustível (o chamado Imposto Verde) vai desvincular sua arrecadação da obrigatoriedade de investimentos em educação se for aprovado na forma como está. A proposta do Governo, que será apresentada pelo deputado Ronaldo César Coelho (PSDB-RJ), já obteve as 171 assinaturas necessárias para iniciar sua tramitação nesta semana.

O projeto altera o artigo 212 da Constituição, que determina a vinculação de 18% da receita de impostos à educação pela União e 25% pelos estados e municípios. Como a nova lei vai reorganizar a distribuição dos recursos obtidos com a taxação dos combustíveis, quando os estados e os municípios receberem os repasses poderão reduzir a aplicação dos seus recursos na educação.

— A redistribuição dos recursos obtidos com os impostos sobre combustíveis será feita proporcionalmente ao consumo de cada estado e disciplinada numa lei complementar — explicou o deputado Eliseu Rezende (PFL-MG), futuro relator da proposta.

Projeto vincula 20% da arrecadação a transportes

O projeto mantém a proposta do ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, de vincular por cinco anos de 20% da arrecadação do imposto para o seu ministério, para a recuperação de rodovias federais, ferrovias e melhoria do sistema de navegação. O imposto deverá vigorar a partir do ano que vem e, para assegurar a sua aprovação este ano, um artigo estabelece que sua regulamentação se dará por medida provisória e

não por lei complementar como determina a Constituição.

O imposto será cobrado apenas uma vez na refinaria ou no consumo e, com sua criação, serão extintas as cobranças sobre o produto feitas pelos estados por meio do ICMS. Com isso, os recursos que deixarem de ser arrecadados com o atual tributo serão repassados aos Governos estaduais pelo Governo federal.

Governo espera aumento de R\$ 1 bilhão na arrecadação

A partilha destinará 59% à União, 30,9% a estados e 10,3% a municípios. Hoje são arrecadados cerca de R\$ 17 bilhões com os 16 impostos cobrados sobre esses produtos e o Governo espera aumentar a arrecadação em pelo menos R\$ 1 bilhão com as alterações tributárias e com o combate à sonegação. Para compensar possíveis perdas na receita dos estados, a proposta de regulamentação da lei que criará o novo imposto prevê um aumento de 10,2% para a gasolina e de 7% para o diesel no ano que vem.

A proposta prevê também a possibilidade de que parcela da receita seja destinada a outros ministérios. Com isso, o PFL poderá voltar a reivindicar sua parcela para o Ministério do Meio Ambiente e o PSDB poderá voltar a discutir envio de recursos para o Programa de Renda Mínima.

— Antes será um desafio provar aos governadores que eles não perderão recursos com a mudança nos impostos sobre os combustíveis, pois haverá destinação de R\$ 2 bilhões à União, R\$ 1 bilhão para os estados e R\$ 1 bilhão para os municípios — afirmou Eliseu Rezende. ■